O PAPEL DO PROFESSOR INDÍGENA

Rosivânia Cataá Tuxá

A compreensão do contexto histórico escolar indígena, na tentativa de entendimento e qualificação da prática docente, reflete exatamente a problemática encontrada entre professores indígenas quando são submetidos ao planejamento das aulas e avaliação de seus alunos. Compreendendo que a escola é um dos principais espaços para continuidade do processo de fortalecimento da tradição cultural e da expressão do saber.

Assim, a dificuldade de traçar estratégias didático-pedagógicas em sala de aula tem sido uma preocupação dos professores indígenas que, por sua vez, têm buscado assumir o planejamento na tentativa de qualificar o processo de ensino e aprendizagem, visando a preservação e manutenção da cultura indígena, pois é na escola que se discute tanto os direitos indígenas a uma educação específica e de qualidade, quanto a concepção de escola como meio de acesso a informações para os povos indígenas em sua relação com não índios e em sua inserção na sociedade brasileira, entendendo que acima de tudo a escola deve ser autônoma, um espaço de fortalecimento cultural.

Vítimas do contexto colonizador da educação escolar indígena, que ainda afeta negativamente as escolas indígenas, os professores procuram desconstruir os preconceitos enraizados e mudar a história da educação escolar indígena.

Entendemos que a maneira de pensar educação do não-índio não é a única e melhor maneira de pensar o seu significado e importância para o mundo. Para nós, a melhor educação é aquela que representa quem somos, como somos, de que gostamos e o que queremos para o nosso povo. A partir da nossa visão de mundo e vivência no âmbito da comunidade, compreendemos que a melhor educação significa a educação em que as pessoas se sentem reconhecidas dentro de um parâmetro cultural que é o seu. Compreendemos que é importante não negar nossos costumes, nossas histórias. Para tanto, buscamos construir uma educação que dê conta desses princípios – o que estamos chamando de educação escolar indígena intercultural e comunitária, ou educação específica e diferenciada.

As histórias escritas e vividas por nós, contadas de geração a geração, contribuem para que a nossa história tenha continuidade, através da proteção dos povos indígenas e da compreensão e valorização de nossas culturas. Mas como garantir que a escola, também, dê conta dessa tarefa? Da tarefa de se ter uma visão de mundo que dê conta das necessidades de aprendizagem, as quais necessitam os nossos alunos que por serem indígenas e acreditarem na importância de valorização da vida e do mundo cosmológico, mas também por compreenderem que precisam conhecer o mundo não indígena e consequentemente usar de algumas ferramentas deste, para sua própria sobrevivência?

A problemática que ora apresentamos questiona: que tipo de planejamento devemos desenvolver na escola indígena? Quem é esse professor indígena que é responsável por fazer a tarefa de planejamento? Que formação ele possui para o exercício do trabalho pedagógico na escola indígena? A prática docente indígena está, de fato, voltada para os interesses da sua comunidade ou o que ocorre é a reprodução da prática pedagógica contida e indicada nos livros didáticos impostos pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação? A pedagogia indígena tem características próprias ou é análoga à pedagogia do sistema educacional vigente em nosso país?

O primeiro passo para pensar tudo isso é buscar conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola, procurar saber se os princípios políticos e pedagógicos atendem a dinâmica social da comunidade; se a matriz curricular e os componentes curriculares que o compõem atendem as necessidades da comunidade; se os conteúdos estão condizentes com os princípios de uma escola indígena. Somente depois dessa análise é que devemos pensar no planejamento. Continuamos a indagar e problematizar. Que tipo de planejamento? Como, onde e quando deve se dar o planejamento? Quem deve participar do planejamento? Quais abordagens devemos trazer para o planejamento? Com qual frequência deve acontecer o planejamento? Esses questionamentos fazem parte do planejamento sistêmico que consideramos fundamental para o bom planejamento da prática e avaliação pedagógica da escola indígena.

A Pedagogia Indígena, as práticas nas salas de aula das escolas indígenas e as bases epistemológicas definem a prática docente em contexto específico da escola indígena. Não podemos perder de vista que a influência da pedagogia educacional não indígena sobre a pedagogia indígena ainda é muito marcante, o que é evidenciado através dos processos metodológicos impostos aos professores indígenas através da utilização do livro didático. Porém, os professores indígenas têm buscado construir estratégias didáticas pedagógicas específicas que os libertam um pouco dessa situação de subalternidade da educação tradicional brasileira. Ser professor indígena faz a grande diferença para esse contexto educacional. Os conhecimentos sobre os saberes tradicionais de suas culturas e línguas, da forma de se relacionar com o meio e conceber o mundo dentro do contexto específico, contribuem para a concepção e a prática docente intercultural.

Considerando que o planejamento é de suma importância para a prática docente seja qual for a modalidade de ensino e o tipo de escola, para a escola indígena o planejamento é ainda mais desafiador. Por que afirmamos isso? Porque na escola indígena, apesar de estarem muito claros os princípios que norteiam essa escola, tudo ainda é muito novo. O currículo é novo, os projetos educativos são novos, a prática pedagógica é nova, até os professores são novos e são esses que têm pensado a concepção e estrutura da escola indígena. Ou seja, tudo ainda perpassa por uma questão de construção. E essa construção tem se dado de forma coletiva, um pensar e fazer coletivo que acontece justamente nos momentos de planejamento pedagógico da escola, onde professores e membros da comunidade trabalham juntos.

O professor indígena ao fazer parte da escola de sua comunidade, ele é além de professor, um mestre/militante a serviço do "empoderamento" dos seus alunos e da sua prática docente que deve ser planejada de forma coletiva, obedecendo aos valores e princípios da comunidade na qual está inserida a escola e determinações estabelecidas nos instrumentos legais específicos da sua escola indígena. Há de se desenvolver o trabalho burocrático e administrativo, sim, entretanto isso não pode ser parâmetro para definir a competência ou irregularidade da sua prática. O que está em voga hoje é o registro como mecanismo de valorização, manutenção e fonte de pesquisa para o seu povo, o planejar hoje é não somente uma tarefa e compromisso do professor e da escola como um todo, é, também, uma reivindicação dos povos indígenas indo além da sala de aula já que a "memória" da cultura e das tradições ancestrais e socioeconômicas dos povos indígenas norteia a concepção da educação escola indígena.

Assim, o planejamento assume e reconhece as vivências cotidianas da comunidade na qual a escola está inserida, avalia a prática docente, é reflexivo, retoma quando necessário, experiências exitosas ou não exitosas, reconsidera dados disponíveis, revisa, busca novos significados entre outros. Planejar assume também a postura de examinar detidamente, prestar atenção, analisar cuidadosamente tudo o que requer o olhar sistêmico da equipe escolar. No planejamento também é construído o plano de ensino, e este deve ser percebido como um instrumento orientador do trabalho docente, tendo-se a certeza e a clareza da competência político-pedagógica do professor indígena, para aquilo que está registrado no seu plano.

Contudo, o grande desafio do professor indígena é, pois, sair de um sistema que aprisiona, que não respeita as especificidades, que distancia a escola da realidade dos seus alunos, dos reais propósitos acordados pelos membros da comunidade indígena e, de fato, consolidar uma educação escolar autônoma para que a escola indígena tenha mais liberdade de estruturar seus currículos colocando em prática a concepção de escola indígena intercultural, específica, diferenciada. Porém, apesar das dificuldades impostas pelo sistema de ensino, conseguimos fazer uma educação escolar do nosso jeito, partindo do chão das nossas escolas.

Breve histórico do povo Tuxá

Os Tuxá, auto-denominados de "Nação Proká Caboclo de Arco e Flecha e Maraká", viviam com suas crenças e costumes até o ano de 1987 na aldeia de Rodelas, município do norte da Bahia, na região do sub-médio São Francisco, fronteira com o Estado de Pernambuco. Após essa data, a comunidade Tuxá viveu um drama irreparável na vida de cada indígena. A presença da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) que, pensando unicamente em seu progresso, com a construção da Barragem de Itaparica, atingiu oito municípios na Bahia e em Pernambuco, inclusive o município de Rodelas. Com a iminência da inundação da aldeia, a comunidade se desestruturou totalmente e os povos foram obrigados a se dividir para não morrerem debaixo das águas do rio. Tiveram que deixar suas casas em dia e hora marcada. Parte da população escolheu ser reassentada no município de Ibotirama-BA, a cerca de 1.050 km de distância da velha aldeia, a outra parte da comunidade optou por ficar em um topo mais alto do município de Rodelas, no local onde já havia sido morada do seu povo no passado, próximo às suas raízes culturais, denominado hoje de Aldeia-Mãe. A aldeia Tuxá fica localizada no norte da Bahia, a 560 km de distância da capital, ao leste da BR-116 que liga a cidade de Rodelas, subindo o rio São Francisco, com Barra do Tarrachil, município de Chorrochó e, descendo o rio, com a cidade de Glória e, mais à frente, Paulo Afonso, todas situadas no estado da Bahia, e a oeste, nas margens do rio São Francisco.

Rosivânia Cataá Tuxá, professora indígena do Colégio Estadual Indígena Capitão Francisco Rodelas – Povo Tuxá Aldeia Mãe. Formadora da Ação Saberes Indígenas – território Yby Yara, pesquisadora do Centro de Pesquisa, Movimentos Sociais e Etnicidades – OPARÁ/UNEB/Campus XIII. Graduada em Letras e Licenciatura em Educação Escolar Indígena. Especialista em Língua Portuguesa e Educação Indígena.